

# NABUCO E A FEDERAÇÃO

Manuel Correia de ANDRADE

Nabuco foi um político que demonstrou sempre uma grande preocupação com os problemas nacionais, dando até menor atenção à sua própria carreira política, fato que o tornou muito famoso, mas que o levou a perder numerosas eleições. Geralmente os políticos personalistas e ambiciosos são melhor sucedidos eleitoralmente do que os idealistas, o que faz com que ocupem melhores postos.

No caso de Nabuco, podemos afirmar que ele teve a sua vida política norteada por determinados ideais, como o da abolição da escravatura e da erradicação do monopólio da terra, o da libertação das províncias, com a transformação do Brasil em uma federação, o da modernização e manutenção da monarquia e o do panamericanismo, ou mais precisamente, do monroísmo.

Por estas idéias ele se bateu com denodo e com bravura, enfrentando uma opinião pública orientada contra as suas posições e temerosa de reformas.

A luta pela abolição ele a iniciou ainda estudante de direito, quando, em 1889, defendeu, em Olinda, um escravo que era processado por haver assassinado o seu senhor, conseguindo que ele não fosse condenado à morte. Em seguida, como deputado em várias legislaturas, defendeu a causa abolicionista, pregando, além da liberdade do escravo, a quebra do monopólio da terra, a fim de que o ex-escravo, transformando em pequeno produtor, atingisse a cidadania.

A segunda campanha foi iniciada, oficialmente, em 1885, quando o Império dava sinais de esvaziamento, com a campanha pela autonomia das províncias, esperando ele que com esta autonomia elas

viessem a ter maior liberdade e se organizassem de modo a manter a unidade do império, que fizessem com que o Segundo Reinado se continuasse em um terceiro, sob o cetro da princesa Izabel.

Alguns autores admitem não ser fácil manter um sistema federativo em uma monarquia, por considerarem que esta forma de governo conduz à centralização do poder. Ocorre, porém, que sendo a federação uma forma de estado e a monarquia uma forma de governo não existe incompatibilidade entre uma e outra, isto é, entre monarquia e federação. Se raciocinásemos em função do mundo atual, veríamos que o sistema federativo pode funcionar tanto em uma república como em uma monarquia, como se pode observar no caso do Canadá, da Austrália e da Espanha, entre outros. Desse modo, não há incompatibilidade entre um estado federal e um governo monárquico.

Deve-se ainda salientar que os maiores países do mundo, aqueles de grande extensão territorial, sejam monarquias ou repúblicas, são federações, como é o caso da Federação Russa, do Canadá, da China, dos Estados Unidos, do Brasil, da Austrália, da Índia, da Argentina e do México. Isto em face das diversificações regionais que ocorrem nesses países muito extensos, ou até pela coexistência em um mesmo país de numerosos grupos étnicos.

## **02 - AS ORIGENS DO FEDERALISMO BRASILEIRO**

Os portugueses quando colonizaram o Brasil, o fizeram, inicialmente, dividindo o espaço em capitanias independentes umas das outras e só posteriormente estabeleceram um governo geral em Salvador; titubearam com freqüência em manter a unidade da colônia, havendo períodos em que coexistiram um governo em Salvador e outro no Rio de Janeiro. Em seguida, no século XVII, dividiram a colônia em dois estados, o do Brasil, com capital inicialmente em Salvador - até 1763 - e em seguida no Rio de Janeiro, e o outro estado do Maranhão e Grão Pará, com capital em São Luís, inicialmente, e em seguida em Belém. Divisão que perdurou de 1621 a 1770, por mais de um século, portanto.

O Brasil não dispunha de ligações importantes pelo interior, cada capitania se comunicava pelo litoral, como se o território brasileiro

fosse um arquipélago e não um continente. Além disto, cada capitania tinha um centro local que algumas vezes extravasava a sua influência pelas capitanias vizinhas e se contrapunha a outras capitanias. Entre os centros urbanos que polarizaram áreas superiores à jurisdição de sua capitania destacaram-se Belém e São Luís no Norte, Olinda e Recife no Nordeste Oriental, Salvador no atual território baiano e sergipano, Rio de Janeiro no Sudeste, com fortes ligações com Ouro Preto, São Paulo com grande expansão pelo sertão do atual Centro Oeste e do Sul e, finalmente, Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

Nestes centros formaram-se idéias nativistas, de conscientização regional que deram origem, primeiramente a conspirações e em seguida a revoltas armadas. Conspirações e revoltas que se organizaram, não em torno do Brasil como um todo, mas de suas regiões. Daí a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana ou Revolta dos Alfaiates, a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, a República Baiana e a Guerra dos Farrapos. Isto para falar apenas nas revoltas maiores e ideologicamente melhor organizadas. Poderíamos falar também em revoltas populares, como a dos Palmares, já no século XVII, e no período regencial, no século XIX, a Cabanagem, a Balaiada, a Guerra dos Cabanos, etc.

O ideal federalista tomou maior impulso durante a Regência, quando após a abdicação de Pedro I, as forças liberais conseguiram quebrar a rigidez da Constituição de 1824 e impor o Ato Adicional. Ato Adicional que permitiu uma experiência quase republicana no Império nascente. Com a Maioridade, porém, a Lei de Interpretação reduziu consideravelmente a autonomia provincial concedida pelo Ato Adicional.

Com a consolidação do sistema imperial, as idéias federativas foram reprimidas e se apresentaram no campo de luta entre os liberais pernambucanos, que realizaram a Revolta Praieira (1848/ 1849), e nos textos de publicistas, como Tavares Bastos; este em livro, de grande importância, defendia a autonomia das províncias e para apaziguar os políticos que, levando em conta os grandes desníveis de desenvolvimento entre as mesmas, alegavam que algumas não teriam condições de se auto-administrar, propunha um sistema provisório que estimulasse o seu desenvolvimento e a obtenção de condições de se auto-gerirem.

No parlamento os conservadores defendiam intransigentemente a manutenção do sistema centralizado, enquanto alguns liberais ousavam defender uma autonomia maior para as províncias, e a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado e a escolha dos senadores, pelo imperador, em listas triplíces eleitas nas províncias.

### 03 - O FEDERALISMO NO OUTONO DO IMPÉRIO

O desenvolvimento econômico e social do Império foi feito de forma muito lenta, freado que era pela manutenção do sistema escravocrata, pelo controle político exercido pelo imperador que manejava a sucessão de gabinetes ministeriais, e também pela incerteza da sucessão de D. Pedro II. Todos temiam o Terceiro Reinado, da Princesa Izabel, por duvidarem de sua capacidade político-administrativa e por temerem a influência do Conde d'Eu, que não era simpatizado.

Outro grande problema era o do desequilíbrio regional; havia províncias, como São Paulo e, em menor escala, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco que confrontavam o fato de terem uma influência no governo do país inferior à sua capacidade financeira e política. Em São Paulo, onde fora fundado o partido republicano, alguns líderes deste partido acusavam o Império de impedir, com a sua política centralizadora, que o estado se desenvolvesse e por isto defendiam não só a reforma do estado como também a da forma de governo. Um dos mais eminentes políticos paulistas, Alberto Sales, em livro famoso na época, **Pátria Paulista**, advogava que São Paulo proclamasse a república e se desligasse do Império. Seria a secessão, que ele procurava amenizar alegando que em seguida outras províncias poderiam seguir o mesmo exemplo, tornando-se repúblicas, e que se unissem a São Paulo em uma confederação e não em uma federação. Os laços seriam, então, bem menos rígidos e, naturalmente, o país seria conduzido à secessão.

Nabuco, compreendendo a situação, admitia que o Império não poderia manter a unidade sob a forma centralizada e propunha um projeto de lei através do qual a própria monarquia reformasse a Constituição e o sistema de estado. Os republicanos defendiam uma mudança conjunta, de forma de estado e de governo, e que o Império, centralizado, se

transformasse em uma república federativa, alegando o exemplo dos Estados Unidos e dos demais países americanos.

Rui Barbosa, grande jurista, advogado, jornalista e político, exerceu grande influência defendendo que se fizesse a federação, com monarquia ou com república; o que importava para ele não era a forma de governo, mas a de estado.

Quando em junho de 1889, caiu o gabinete conservador de João Alfredo, ascendendo o do Visconde de Ouro Preto, liberal, acreditaram os liberais, partidários da federação, que este gabinete poderia "salvar a monarquia", fazendo a federação. Ouro Preto, porém, os decepcionou e, embora propusessem algumas reformas político-administrativas, ele não aceitou a implantação da federação. Por esta razão Rui Barbosa se recusou a participar do gabinete.

Nabuco também se opôs ao gabinete Ouro Preto, mas, temeroso da secessão se a federação não fosse aprovada sob o regime monárquico ou se optar pelo regime republicano, lutou pela mesma. Mas a república, conduzida pelo golpe de 15 de novembro, desfechado pelo exército, sob a chefia de Deodoro da Fonseca, tornou o país uma federação, elevando as províncias à categoria de estados federados, semelhantes aos dos Estados Unidos, mantendo-se a unidade nacional. Ocorria, porém, que a federação norte americana resultara de um movimento centrípeto, de vez que as colônias ao se libertarem da Inglaterra eram livres e se organizaram inicialmente em uma confederação, onde cada uma mantinha a sua soberania e o seu direito à secessão, para depois se transformarem em uma federação. No Brasil, o caminho foi feito em sentido inverso; o Brasil se tornou independente sob uma forma centralizada e só posteriormente, o movimento centrífugo, levou-o à autonomia das antigas províncias, à federação.

Com a República, Nabuco afastou-se da vida política passando a trabalhar como jornalista e escritor, mantendo fidelidade à monarquia; só dez anos depois, convencido da impossibilidade de restauração do Império é que passou a servir à República, a princípio como advogado do país na disputa territorial com a Inglaterra (Guiana Inglesa) e depois como diplomata em Londres e em Washington. Neste período a sua bandeira foi outra a do monroísmo, em que defendia a união das américas sob liderança dos Estados Unidos que se encontravam em fase de forte expansão.

O federalismo havia saído do centro de suas preocupações.